

São Paulo, domingo, 11 de abril de 2010

## TENDÊNCIAS/DEBATES

Aonde os emergentes querem chegar?

RATHIN ROY

O debate sobre cooperação para desenvolvimento tem sido feito pela perspectiva dos países doadores, a favor ou contra a ajuda externa

DOIS EVENTOS centrais para os países emergentes serão realizados em Brasília em abril: a Cúpula Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) e a Cúpula Brasil-Rússia-Índia-China (Bric).

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG, na sigla em inglês), que tem sua sede em Brasília (DF), tem o privilégio de estar envolvido com as cúpulas de chefes de Estado, especialmente por meio da organização do Fórum Acadêmico do Ibas: um Diálogo de Políticas Públicas. Esperamos que esses encontros tenham grande ressonância para o futuro da cooperação Sul-Sul, assim como para o novo papel dos países emergentes na política global. A primeira década do século 21 tem sido marcada pela intersecção de três debates que anteriormente haviam sido realizados em domínios separados e com interação limitada: a governança econômica mundial, a cooperação internacional para o desenvolvimento e, por fim, a política externa dos Estados nacionais.

Tradicionalmente, o debate sobre a governança econômica global tem sido realizado nos âmbitos do G8, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O debate sobre cooperação internacional para o desenvolvimento tem sido feito a partir da perspectiva dos países doadores, focalizando a ajuda externa, seja a favor ou seja contra.

As estratégias de política externa têm sido balizadas pela perspectiva de interesses estratégicos nacionais e, apesar de iniciativas específicas enraizadas na história da Guerra Fria, foram tipicamente bilaterais no seu âmbito e natureza.

O rápido aumento do número de economias emergentes como "global players" está levando a uma significativa reavaliação dos pressupostos fundamentais da governança econômica global em matéria de voz, influência e poder. Eu gostaria de ressaltar, nesse âmbito, a crescente participação desses países na cooperação para o desenvolvimento, representando uma força potencial para a promoção do crescimento inclusivo.

Esse papel está enraizado em um profundo compromisso histórico com os países do Sul e se baseia na solidariedade política com outras nações em desenvolvimento.

Por essa razão, as cúpulas Ibas e Bric são notícias de primeira página em todo o mundo. A divisão entre as esferas bilateral, regional e global de estratégias de política externa tornou-se mais difusa e novos espaços são abertos para a atuação dos países emergentes na questão da promoção do desenvolvimento.

Chamo a atenção para algumas questões centrais. Será que a ascensão das economias desses emergentes anuncia apenas uma ampliação do chamado "grande jogo", tendo como único resultado um espaço a mais para os países emergentes em seu envolvimento com o G20?

Ou será que tais países aproveitarão a oportunidade para consolidar um novo paradigma de cooperação para o desenvolvimento, mais inclusivo, que garanta que os frutos do crescimento cheguem a todos os cidadãos?

Representarão os agrupamentos plurilaterais, como o Ibas e o Bric, novos caminhos para a cooperação entre os países em desenvolvimento? Estamos confiantes de que o Fórum Acadêmico do Ibas: um Diálogo de Políticas Públicas estimulará a reflexão sobre novas possibilidades para a cooperação Sul-Sul e contribuirá para a promoção do crescimento inclusivo na agenda de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul em momento tão crítico para a projeção dos países emergentes no cenário global.

RATHIN ROY, doutor em economia pela Universidade de Cambridge (Reino Unido), é diretor do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).